

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.702.805 - DF (2017/0237162-9)**

**RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE : ROMAO FROTA ARRUDA**  
**AGRAVANTE : JACKELINE DA SILVA ALBUQUERQUE ARRUDA**  
**ADVOGADO : FERNANDO JOSÉ FEROLDI GONÇALVES - SP238072**  
**AGRAVADO : EVANILSON VASCONCELOS**  
**AGRAVADO : ELISANGELA VASCONCELOS DOS SANTOS**  
**AGRAVADO : ELENICE VASCONCELOS**  
**AGRAVADO : ERONILSA VASCONCELOS**  
**AGRAVADO : JOSE FATIMO DE VASCONCELOS**  
**ADVOGADOS : SEVERINO ELOY DINIZ - DF010577**  
**ANA FABIA CEDRO DE OLIVEIRA DINIZ - DF032692**  
**AGRAVADO : ANTONIO ERONILDES DE VASCONCELOS**  
**AGRAVADO : MARIA JOSE LINHARES VASCONCELOS**  
**ADVOGADO : CARLOS TIEGO DE SOUZA ARRUDA LIMA - DF036614**

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL DE ASCENDENTE A DESCENDENTE POR INTERPOSTA PESSOA. SIMULAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO. DECADÊNCIA. INEXISTÊNCIA. ATO NULO INSUSCETÍVEL DE CONVALIDAÇÃO PELO DECURSO DO TEMPO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. O Tribunal de origem, com fundamento na prova documental trazida aos autos, concluiu pela existência de simulação de negócio jurídico relativo ao contrato de compra e venda de imóvel de ascendente a descendente por interposta pessoa. A modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

2. O negócio jurídico nulo por simulação não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo e, portanto, não se submete aos prazos prescricionais, nos termos dos arts. 167 e 169 do Código Civil de 2002.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Carlos Ferreira,

# *Superior Tribunal de Justiça*

Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti.

Brasília, 03 de março de 2020 (Data do Julgamento)

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
Relator